

Demonstrações Financeiras

REC Dom Pedro S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

REC Dom Pedro S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC Dom Pedro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras REC Dom Pedro S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 07 de maio de 2025, com ênfase indicando que a Companhia atua em fase pré-operacional e não está gerando receitas decorrentes de suas atividades.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'D. Martelli', with a horizontal line extending to the left.

David do Vale Martelli Tristão
Sócio CRC SP-315830/O

REC Dom Pedro S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.722	1
Contas a receber	6	115	105.545
Impostos e contribuições a compensar	7	2.845	2.553
Outros ativos		49	49
Total dos ativos circulantes		10.731	108.148
Não circulante			
Depósitos judiciais	9	104.628	100.649
Total dos ativos não circulantes		104.628	100.649
Total do ativo		115.359	208.797

REC Dom Pedro S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	8	4.788	5.605
Adiantamento de clientes		181	181
Obrigações fiscais		170	237
Outros passivos		24	44
Total do passivo circulante		5.163	6.067
Não circulante			
Provisão para contingências	9	97.734	92.221
Total dos passivo não circulante		97.734	92.221
Patrimônio líquido			
Capital social	10	51.717	150.999
Prejuízos acumulados		(39.255)	(40.490)
Total do patrimônio líquido		12.462	110.509
Total dos passivo e patrimônio líquido		115.359	208.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC Dom Pedro S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(5.923)	(5.306)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>-</u>	<u>225</u>
(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(5.923)	(5.081)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	12	(19)	(2)
Receitas financeiras	12	9.242	7.819
Resultado financeiro líquido		<u>9.223</u>	<u>7.817</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.300	2.736
Imposto de renda e contribuição social Corrente	13	(2.065)	(1.604)
Lucro do exercício		<u>1.235</u>	<u>1.132</u>
Lucro por ação - R\$ - básico e diluído	10	<u>0,0008</u>	<u>0,008</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC Dom Pedro S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	2025	2024
Lucro do exercício	1.235	1.132
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.235	1.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC Dom Pedro S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Capital Integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		247.033	-	(41.622)	205.411
Lucro do exercício	10	-	-	1.132	1.132
Redução de capital efetivada	10	(199.630)	-	-	(199.630)
Aumento de capital	10	112.001	(112.001)	-	-
Integralização de capital social	10	-	103.596	-	103.596
Saldos em 31 de dezembro de 2024		159.404	(8.405)	(40.490)	110.509
Lucro do exercício	10	-	-	1.235	1.235
Redução de capital efetivada	10	(102.000)	-	-	(102.000)
Aumento de capital	10	10.000	(10.000)	-	-
Cancelamento de capital subscrito e não integralizado	10	(5.687)	5.687	-	-
Integralização de capital social	10	-	2.718	-	2.718
Saldos em 31 de dezembro de 2025		61.717	(10.000)	(39.255)	12.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC Dom Pedro S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas Explicativas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		3.300	2.736
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Provisão/(reversão) para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	9	1.595	2.578
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber	6	105.430	(3.182)
Impostos e contribuições a compensar		(292)	(897)
Deposito judicial		(61)	(98.645)
Variação nos passivos operacionais:			
Adiantamento de clientes		-	(11)
Contas a pagar	8	(817)	(4.269)
Obrigações fiscais		(67)	(109)
Imposto de renda e contribuição social pagos	13	(2.065)	(1.604)
Outros passivos		(20)	(1.222)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		107.003	(104.625)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital realizada	10	(102.000)	(141.040)
Integralização de capital social	10	2.718	103.596
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(99.282)	(37.444)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		7.721	(142.069)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	5	1	142.070
No fim do exercício	5	7.722	1
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		7.721	(142.069)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional

A REC Dom Pedro S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por atividade preponderante (a) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista; (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

A GLP Capital Partners Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda (GCP) é responsável pela gestão das operações e assume determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada.

Em 27 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a venda de seus imóveis localizados em Campinas (SP) no montante de R\$238.500.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Base de elaboração--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Diretoria efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras em 22 de maio de 2026.

3.2. Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos:

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As estimativas prováveis e possíveis são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos à interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados e posteriormente avaliada pela Administração, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9. A contingência possível é divulgada apenas como informação na nota explicativa diferentemente da provisão provável onde é realizada a sua contabilização.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Uso de estimativas--Continuação

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas--Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

b) Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

A Administração segue as premissas e normas adotadas para cálculo conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3.5.

3.3. Apuração das receitas de aluguéis das propriedades para investimento

As receitas de aluguéis resultantes de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil. A Companhia não possui contratos de locação com componentes variáveis.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, que se equiparam ao valor de custo considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

3.5. Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

Estão apresentadas a valores de realização, sendo a provisão para perdas de créditos esperadas calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis na realização das contas a receber.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas--Continuação

Mensalmente a Companhia realiza a análise do contas a receber e faturas em atraso e quando o atraso da fatura do cliente fica superior a 90 dias é realizada a provisão de 100% do saldo em atraso.

Ao final de cada exercício é realizada uma análise complementar para atender os requisitos do CPC 48. Essa revisão é feita com base no histórico de contas a receber versus os saldos em atraso de clientes nos últimos 3 anos e adotamos as taxas médias ponderadas abaixo para reconhecer as perdas esperadas dos títulos vencidos:

Taxa média ponderada de perda estimada	%
1 a 30 dias em atraso	2,57%
31 a 60 dias em atraso	7,51%
61 a 90 dias em atraso	9,03%

É verificado qual o percentual de necessidade de provisão por faixa de atraso e utilizando-se desse indicador é calculado o montante a ser provisionado, para todas as faixas de atraso, sobre o saldo vencido na data-base.

Com o resultado desta análise, a Companhia efetua, se necessária a complementação da provisão atual, ou ainda, caso o montante da provisão apurada for menor que a provisão uma reversão.

3.6. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social estão apresentadas nas rubricas “corrente” e “diferido” nas demonstrações do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%.

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia é optante pelo regime do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados às alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

3.8. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

3.10. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo ou custo amortizado. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao — ou deduzidos do — valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa).

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros registrado ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros registrado ao custo amortizado--Continuação

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros registrados ao custo amortizado.

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os passivos financeiros (incluindo empréstimos e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.11. Lucro básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Não há diferença entre lucro/prejuízo básico e diluído por ação, pois não há instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

4. Pronunciamentos contábeis

Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Data efetiva	Normas emitidas, mas não vigentes
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregateadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
1º de janeiro de 2026	Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras (a)	7.721	-
Total	7.722	1

(a) As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em renda fixa, remuneradas à média de 96,50% do CDI (97,00% do CDI em 2024). Estas operações possuem liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado e/ou com vencimentos inferiores a 90 dias com perdas insignificantes no valor.

6. Contas a receber

	31/12/2024
Aluguéis (i)	114
Contas a receber condomínio	185
Provisão para perdas de créditos esperadas	(185)
Contas a receber venda propriedade para investimento (ii)	105.431
Total	105.545

Circulante 105.545

(i) Em 31 de dezembro de 2024 saldo refere-se aos aluguéis a receber cujo fato gerador ocorreu antes da data da venda. Os contratos vigentes de arrendamentos mercantis são atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e não existem cláusulas de recebimentos contingentes, pois as cláusulas não foram pactuadas considerando variáveis de vendas, índices futuros ou correlatos.

(ii) Conforme contexto operacional da venda dos galpões realizadas, ficou pendente de recebimento este montante, que será corrigido pela variação do IPCA desde a data do fechamento até a data do efetivo pagamento, com vencimento em (18) meses a contar da data do fechamento (parcela final) que será em 27 de junho de 2025.

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31/12/2024
Saldo início do exercício	185
Adições	-
Saldo fim do exercício	185

O vencimento das contas a receber do em 31 de dezembro de 2024 está assim representado:

	31/12/2024
A vencer	105.545
Vencidos acima de 120 dias	185
Saldo fim do exercício	105.730

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

7. Impostos e contribuições a compensar

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda sobre aplicação financeira	46	174
Imposto de renda a recuperar	2.055	1.711
Contribuição social a recuperar	515	465
Pis a compensar	32	28
Cofins a compensar	197	175
Total	2.845	2.553

8. Contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações com comprador (i)	4.723	5.541
Fornecedores	40	40
Retenções técnicas	3	3
Provisões diversas	22	21
Total	4.788	5.605

Circulante 4.788 5.605

(i) Conforme contrato de compra e venda de ações e outras avenças, a Companhia se compromete a pagar ao comprador mensalmente os valores correspondentes aos subsídios existentes (IPTU) e as obrigações pós-venda (IPTU, AVCB e obras de drenagem), a partir da data de fechamento até a data de pagamento da parcela final.

9. Provisão para contingências

	31/12/2025	31/12/2024
Fiscal (a)	97.501	92.104
Trabalhista	233	117
Total	97.734	92.221

(a) A provisão para contingência fiscal trata-se de pedido de revisão de lançamento do IPTU referente aos exercícios de 2012 a 2017 junto a prefeitura de Campinas.

Movimentação de contingências judiciais	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	92.221	87.949
Atualização	5.513	4.272
Total	97.734	92.221

	31/12/2025	31/12/2024
Depósito Judicial (a)	104.628	100.649
Total	104.628	100.649

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

8. Provisão para contingências--Continuação

	31/12/2025	31/12/2024
Movimentação depósito judicial		
Saldo Inicial	100.649	310
(+) Adições	-	98.955
(-) Baixa	-	(310)
Depósito judicial	61	-
Atualização de depósito	3.918	1.694
Total	104.628	100.649

(b) Temos R\$99.000 em depósito judicial referente IPTU de 2012 até 2023 junto a prefeitura de Campinas.

Em 31 de dezembro de 2025, há contingências classificadas como probabilidade de perda possível no montante de R\$2.880 (R\$2.208 em 2024) de natureza trabalhista, R\$ - (R\$36 em 2024) de natureza civil e R\$113.394 (R\$17.537 em 2024) de natureza fiscal.

10. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social está representado por R\$61.717 correspondentes a 61.717.152 ações nominativas (R\$159.404 representado por 159.403.647 ações em 2024). Desse montante, R\$51.717 correspondem ao capital social já integralizado (R\$150.999 em 2024).

Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2023, foi efetivada a redução do capital social no montante de R\$11.540 com cancelamento de 11.540.000 ações, valores reduzidos financeiramente em 2023, ficando em aberto o saldo R\$8.460 a reduzir aprovado em 10 de agosto de 2022.

Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 27 de novembro de 2023, foi efetivada a redução do capital social no montante de R\$1.281 com cancelamento de 1.280.979 ações, valores reduzidos financeiramente em 2023, ficando em aberto o saldo R\$7.179 a reduzir aprovado em 10 de agosto de 2022. Em ato contínuo foi aprovada nova autorização para redução de capital social da Companhia no valor de até R\$60.000 com o cancelamento de 60.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse montante, houve uma redução efetivada no valor total de R\$60.000, correspondente a 60.000.000 ações.

Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de janeiro de 2024, foi efetivada a redução do capital social no montante de R\$7.179 com cancelamento de 7.179.014 ações, valores reduzidos financeiramente em 2024, aprovado em 10 de agosto de 2022. Em ato contínuo foi aprovada nova autorização para redução de capital social da Companhia no valor de até R\$178.000 com o cancelamento de 178.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse montante, houve uma redução efetivada no valor total de R\$132.451, correspondente a 132.451.059 ações.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

9. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

Em ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09 de maio de 2024, foi efetivada a redução do capital social no montante de R\$192.451 com cancelamento de 192.451.061 ações, valores reduzidos financeiramente em 2024, ficando em aberto o saldo R\$45.549 ora cancelado nessa ata. Ato contínuo foi aprovado a emissão de 10.001.000 ações ordinárias, pelo preço de subscrição total de R\$10.001 a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2059. No exercício de 2024 foi totalmente integralizado o montante de R\$10.001.

Em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 20 de setembro de 2024, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$82.000 correspondente a 82.000.000 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2059. No exercício de 2024 foi totalmente integralizado o montante de R\$82.000.

Em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 22 de novembro de 2024, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$20.000 correspondente a 20.000.000 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2059. No exercício de 2024 foi integralizado o montante de R\$11.595.

Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 18 de julho de 2025, foi efetivada a redução do capital social no montante de R\$102.000 com cancelamento de 102.000.000 ações, valores reduzidos financeiramente em 2025. Neste ato foi aprovado o cancelamento parcial do aumento de capital, aprovado em 22 de novembro de 2024, do referido aumento não foi integralizado o montante R\$5.687 correspondente a 5.687.495 ações.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Companhias por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2025 e 2024, o resultado não foi distribuído em função do prejuízo acumulado.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

9. Patrimônio líquido--Continuação

Resultado por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro	1.235	1.132
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	145.727	148.166
Lucro/prejuízo básico e diluído por ação	0,0008	0,008

Partes relacionadas

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Não houve qualquer pagamento para os administradores em 2025 e 2024.

11. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão/Reversão perdas judiciais	(5.513)	(4.272)
Despesa com advogados, auditores e consultores	(369)	(679)
Despesa com condomínio/vacância	(7)	(185)
Outras despesas administrativas	(34)	(170)
Total	(5.923)	(5.306)

12. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(19)	-
Imposto sobre operações financeiras	-	(2)
Total	(19)	(2)
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação financeira	1.520	942
Juros sobre recebíveis	3.521	5.018
Juros de atualização Selic	4.201	1.859
Total	9.242	7.819
Resultado financeiro líquido	9.223	7.817

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

13. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	3.300	2.736
Provisões diversas	5.514	4.260
Despesas indedutíveis	12	48
Base de Imposto de Renda e Contribuição Social	8.826	7.044
(x) alíquota nominal de	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(3.001)	(2.395)
Incentivos fiscais	36	72
Compensação de Prejuízo	900	719
(=) Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.065)	(1.604)
Corrente	(2.065)	(1.604)

14. Instrumentos financeiros

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa zero, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

Risco de gestão de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido conforme nota nº12.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

REC Dom Pedro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos financeiros			
Caixas e equivalentes de caixa	7.722	1	Custo amortizado
Contas a receber	115	105.545	Custo amortizado
Total	7.837	105.546	
Passivos financeiros			
Contas a pagar	4.788	5.605	Custo amortizado
Total	4.788	5.605	